



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
PODER JUDICIÁRIO
PRIMEIRA TURMA RECURSAL - PROJUDI

PADRE CASIMIRO QUIROGA, LT. RIO DAS PEDRAS, QD 01, SALVADOR - BA
ssa-turmasrecursais@tjba.jus.br - Tel.: 71 3372-7460

1ª TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO Nº.: 0000295-10.2022.8.05.0080

RECORRENTE: ANTONIO CARLOS DAMASCENO DA FONSECA

RECORRIDA: ASSOCIACAO DOS SERVIDORES TECNICO ADMINISTRATIVO E AFINS DO ESTADO DA BAHIA ASTEBA

RELATORA: JUÍZA SANDRA SOUSA DO NASCIMENTO MORENO

EMENTA

RECURSO INOMINADO. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE PREENCHIDOS. NOVO REGIMENTO DAS TURMAS RECURSAIS, RESOLUÇÃO Nº 02/2021, ESTABELECEU A COMPETÊNCIA DO RELATOR PARA JULGAR MONOCRATICAMENTE MATÉRIAS COM UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA OU ENTENDIMENTO SEDIMENTADO. DEMANDAS REPETITIVAS. CONSUMIDOR. **ALEGAÇÃO DE DESCONTO INDEVIDO EM EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. MENSALIDADE DIRECIONADA À ASSOCIAÇÃO. PARTE RÉ COMPROVA AUTORIZAÇÃO ATRAVÉS DE TERMO DE ADESÃO DE ASSOCIADO ASSINADO PELA PARTE DEMANDANTE.** RECORRENTE NÃO DEMONSTROU FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO. AUSÊNCIA DE DANOS MORAIS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso inominado interposto pela acionante contra sentença que julgou improcedentes os pedidos autorais.

Intimada, a recorrida apresentou contrarrazões recursais (ev. 42).

VOTO

-

Presentes as condições de admissibilidade do recurso, uma vez que foi interposto dentro do prazo legal, conhecimento do mesmo e adentrando a análise do mérito, verifica-se que o recurso deve ser improvido.

Após acurado exame, entendo que a irresignação manifestada pelo recorrente não merece acolhimento. O exame dos autos evidencia que o ilustre a quo examinou com acuidade a demanda posta à sua apreciação, pois avaliou com acerto o conjunto probatório, referido expressamente na sentença. Por isso, incensurável, o decisum não merece reforma, a meu sentir.

Trata-se de ação de reparação por danos materiais e morais c/c obrigação de fazer na qual relata a parte Autora que firmou contrato de empréstimo consignado com a Requerida, sendo que além da cobrança das parcelas do empréstimo, a Ré vem efetuando indevidamente cobrança de taxa de mensalidade de associado, no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais). Afirma ainda que na ocasião da contratação não foi informada desta cobrança e nem mesmo manifestou expressamente interesse em associar-se.

Com base no que expôs, requer tutela de urgência para determinar a imediata suspensão dos descontos de mensalidades em favor da Ré em seu contracheque e, no mérito, o cancelamento dos referidos descontos, a devolução em dobro dos valores descontados indevidamente e indenização por danos morais.

*Coaduno com o juízo a quo, **O Réu trouxe aos autos termos de filiação junto a associação Demandada devidamente assinado pela parte Autora com previsão de mensalidades no importe de R\$ 80,00 (oitenta reais).***

Além disso, apresentou também contratos de auxílio financeiro (empréstimo) devidamente assinados pela parte Autora, demonstrando, assim, que o Demandante firmou os referidos contratos com a Demandada, autorizando os descontos em seu contracheque.

A parte Ré apresentou ainda, juntamente com os mencionados contratos, coberturas de procedimentos médicos laboratoriais e odontológicos assinados pelo Autor, demonstrando que utilizava outros serviços prestados por ela.

Assim, diante do acervo probatório, a conclusão é de que o Demandante optou por se filiar à associação Ré, a fim de utilizar os serviços disponibilizados por esta, e, do mesmo modo, realizou a contratação de empréstimos, sendo regulares as cobranças das mensalidades.

Ademais, para além das razões lançadas pela decisão recorrida, a 1ª turma vem entendendo que nesses casos a demanda deve ser julgada improcedente.

Segue entendimento:

PROCESSO Nº0071039-10.2021.8.05.0001

RELATORA: JUÍZA NICIA OLGA ANDRADE DE SOUZA DANTAS

PUBLICADO EM 20/06/2022

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. RECURSOS INOMINADOS SIMULTÂNEOS. DECISÃO MONOCRÁTICA (ART. 15, XI E XII, DO REGIMENTO INTERNO DAS TURMAS RECURSAIS E ART. 932, III, IV e V, DO CPC). ASSOCIAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. COBRANÇA DE TAXA ASSOCIATIVA. VENDA CASADA INEXISTENTE. COMPROVAÇÃO DA INSCRIÇÃO NA ASSOCIAÇÃO EM TERMO APARTADO. AUSÊNCIA DE IMPOSIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMO CONDIÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO RECONHECIDO PELO AUTOR. SENTENÇA QUE DETERMINOU A DESVINCULAÇÃO DO AUTOR E CONDENOU A ACIONADA À RESTITUIÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS, E DANOS MORAIS NO IMPORTE DE R\$ 2.000,00. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. REFORMA PARA AFASTAR A CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR

DANOS MORAIS. RESTITUIÇÃO DAS TAXAS ASSOCIATIVAS A PARTIR DA CITAÇÃO. MANTIDA A SENTENÇA APENAS NO CAPÍTULO QUE DETERMINOU A DESVINCULAÇÃO DO AUTOR DA ASSOCIAÇÃO. RECURSO DO AUTOR CONHECIDO E IMPROVIDO. RECURSO DO RÉU CONHECIDO E PROVIDO.

Assim sendo, a sentença fustigada é incensurável e, portanto, merece confirmação pelos seus próprios fundamentos. Em assim sendo, servirá o decisum de 1º grau de acórdão do julgamento, conforme determinação expressa do art. 46, da Lei 9.099/95, segunda parte in verbis:

O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos seus próprios fundamentos, a súmula servirá de acórdão.

Pelas razões expostas e tudo mais constante dos autos, estando a matéria sedimentada nesta 1º Turma Recursal, em **DECISÃO MONOCRÁTICA**, voto pelo **NÃO PROVIMENTO** do recurso, mantendo-se a sentença em todos os seus termos, vide art. 46 da Lei 9.099/95.

Condenação em custas e honorários advocatícios arbitrados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, restando suspensa a exigibilidade do pagamento pela parte autora, pelo prazo de 05 (cinco) anos, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Salvador/BA, 22 de junho de 2023.

SANDRA SOUSA DO NASCIMENTO MORENO

JUÍZA RELATORA